



REIS, Ciro M. Fany. Davidovich e a Geografia Urbana: uma análise a partir da Revista Brasileira de Geografia. MACHADO, Mônica S. e MARTIN, André R.(orgs.) Dicionário dos Geógrafos Brasileiros, volume 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

FANY DAVIDOVICH E A GEOGRAFIA URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ciro Marques Reis¹

Em 1956, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, recebia o XVIII Congresso da União Geográfica Internacional. No mês de agosto daquele ano, entre os dias 8 e 19, o Brasil sediava o primeiro congresso internacional de Geografia realizado no Hemisfério Sul. Considerado um marco na história da Geografia Brasileira, o evento recebeu milhares de inscrições, oriundas de mais de 50 países². Uma delas foi feita pela professora Léa Goldenstein, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, para uma amiga do Rio de Janeiro, sem que esta soubesse. A inscrição “surpresa” fora feita para a geógrafa Fany Rachel Davidovich, e se revelaria, mais tarde, como um ponto nodal na vida da geógrafa carioca³ e como o estopim de uma contribuição notável no campo intelectual da Geografia Urbana, em especial no estudo das metrópoles brasileiras.

Fany Rachel Davidovich havia se formado em Geografia e História em 1942, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, pertencendo, assim, às primeiras gerações de geógrafos formados por mestres como os franceses André Gilbert e Francis Ruellan e os brasileiros Victor Ribeiro Leuzinger, Josué de Castro e Carlos Delgado de Carvalho. Entre os colegas da FNFi⁴ incluíam-se, além da própria Léa Goldenstein, Pedro Pinchas Geiger, Maria Therezinha Segadas Soares, Lysia Bernardes, Regina Pinheiro Guimarães Spindola e Newton de Almeida Rodrigues. No entanto, o casamento e a opção prioritária pela família a afastaram da

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política (GeoBrasil).

² Uma boa descrição do advento do XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956) está no artigo de Hélio de Araújo Evangelista publicado na Revista geo-paisagem (on-line), 2004.

³ Entrevista concedida à professora Mônica Sampaio Machado, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 2012.

⁴ Sobre alunos contemporâneos de curso de Geografia e História de Fany na Faculdade Nacional de Filosofia, ver: “Notas autobiográficas e reflexões”, Pedro Geiger (GEOSUL, n.17 – Ano IX – 1994). Geiger remonta o ambiente do curso de Geografia e História da FNFi no início dos anos 40 e faz breves considerações sobre alguns colegas de turma. Therezinha Segadas e Lysia Bernardes são citadas como colegas por Fany em entrevista concedida à Professora Mônica Sampaio Machado em 15 de fevereiro de 2012, material inédito.



Geografia por mais de uma década. A autora deixou de lado as marcantes excursões e reuniões científicas com o professor Francis Ruellan, que desempenhou importante papel na formação de Fany, e de outros geógrafos formados pela FNFfi no período, para dedicar-se ao casamento e ao filho único, o conceituado físico brasileiro Luiz Davidovich, que nasceu em junho de 1946.

Ao participar do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional e reencontrar os amigos Lysia Bernardes, Pedro Geiger e Therezinha Segadas, que permaneceram na Geografia de forma ininterrupta e que agora ocupavam posições avançadas no meio acadêmico e em instituições federais, Fany passou por um processo de séria reflexão, que culminaria, em poucos anos, em sua reaproximação com a Geografia.

Foi em 1960. Movida pelo forte desejo de retornar ao labor geográfico, e contando com o apoio de seu outrora colega de turma, o geógrafo do IBGE Pedro Geiger, Fany ingressou no IBGE. O Conselho Nacional de Geografia era então presidido por Jurandir Pires Ferreira; Esperidião Faissol ocupava o cargo de Secretário Geral do CNG, e Antônio Teixeira Guerra a chefia do Departamento de Geografia. Foi Guerra quem recebeu Fany e prontamente lhe abriu as portas. O excelente histórico como aluna lhe rendeu um imediato convite para ingressar como geógrafa, proposta que refutou imediatamente, por considerar injusto assumir tal posição após um tempo considerável afastada das práticas relacionadas à Geografia e às pesquisas. Fany optou por (re)começar como estagiária, copiando dados e construindo tabelas à mão na Praia Vermelha, ao lado de colegas como Salomão Turnowski e Edmon Nimer.

Logo em seguida, Fany passa ao quadro permanente do IBGE, ocupando a “Classe de Geógrafos”, favorecida por Lei Federal⁵ que oficializou a entrada de estagiários no serviço público. O Conselho Nacional de Geografia, nos anos iniciais da década de 60, possuía em seu quadro de geógrafos, além de Fany, nomes como o de Edmon Nimer, Elisa Maria José Mendes de Almeida, Leny Bruck de Mota Maia, Maria Elizabeth de Paiva Corrêa de Sá, Maria Lúcia Meirelles de Almeida, Maria Luiza Braga Behresdorf, Nysio Prado Meinicke e Sônia Alves de Souza⁶.

Segundo Fany, outro acontecimento foi de extrema importância para seu desenvolvimento, aprimoramento e definição temática na pesquisa geográfica – a revolução implementada por Michel Rochefort no IBGE.

⁵Lei n. 3.780, de 12 de Julho de 1960. Em seu Art. 19, a lei abrangiu a situação dos funcionários, dos extranumerários amparados pelos artigos 18 e 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou pela Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954, e pelo art. 264 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, ou pessoal a eles equiparado, os quais, com as ressalvas previstas na presente lei, passaram, para todos os efeitos, à categoria de funcionários.

⁶Foi possível remontar de forma aproximada o Quadro de Pessoal CNG do IBGE por meio da análise do Decreto nº 53.948, de 5 de junho de 1964. Além dos já citados na “Classe dos Geógrafos”, pertenciam ao Quadro do CNG, como “Auxiliar de Geografia”: Antônio Luiz Dias de Almeida, Irineu José Lopes, Maria Custódia Ferreira e Marília Vilma de Oliveira Veiga.



Qual foi o evento então que me favoreceu? Foi a chegada do Michael Rochefort. Michael Rochefort introduziu uma revolução no Rio de Janeiro, no Departamento de Geografia do IBGE. Ele foi acolhido muito bem, era casado com uma brasileira, Regina, nossa colega, Regina Pinheiro Guimarães. Falava português, facilitava muito. Ele entendia a geografia das indústrias, a geografia urbana, a geografia agrária, e a geografia da população. Foi nessa que eu entrei, através da renovação da geografia lá dentro. (Entrevista concedida à Monica Sampaio Machado em 15 de fevereiro de 2012).

A Geografia das Indústrias foi a temática de entrada de Fany no que tange à sua produção intelectual. Como membro integrante do Grupo de Geografia das Indústrias⁷, Fany foi responsável pela redação final do artigo *Estudos para a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste*, publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1963 (abril/junho, n.2). Publicação oriunda de um trabalho de pesquisa de dois anos, que foi inicialmente orientado por Rochefort, sob coordenação de Pedro Geiger. A metodologia foi provida por Rochefort, através de cursos sobre metodologia da Geografia das Indústrias. Em 1961, Fany já dividira com Pedro Geiger a autoria do artigo *“Aspectos do Fato Urbano no Brasil”*, publicado na Revista Brasileira de Geografia (abril/junho n.2). Na verdade, Fany participara como adaptadora da obra de Geiger sobre as redes urbanas brasileiras, que se traduziria mais tarde no livro *“Evolução da Rede Urbana Brasileira”*, publicado em 1963 com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação (INEP). Somente com o artigo *“Tipos de Cidades Brasileiras”*, publicado na Revista Geográfica (t.33. n.60) do Instituto Panamericano de Geografia e História, no primeiro semestre de 1964, Fany produziria seu primeiro trabalho solo e de boa repercussão à época. Em linhas gerais, o trabalho buscava compreender o “comportamento” de cidades brasileiras diante do processo industrializante, seja pelo impacto sofrido, seja pela convergência com a industrialização. Amparada conceitualmente em Pierre George, no fato urbano contemporâneo atrelado à industrialização, seu trabalho ressaltava o necessário cuidado na classificação das cidades brasileiras, especialmente em suas diferenciações oriundas de seus processos históricos de formação⁸. Sob esse aspecto, Fany fazia uma distinção entre cidades com feições mercantis e cidades com feições industriais e já imprimia a ideia de redes urbanas.

⁷ Professores do Grupo de Geografia das Indústrias do IBGE (1961-1963): Fany Davidovich, Ignez de Moraes Costa, José Carneiro Felipe Filho, José Cezar de Magalhães, Maria Elisabeth Corrêa de Sá, Maria Lúcia Meireles de Almeida, Maria Luíza Gomes Vicente, Ney Julião Barroso e Salomón Turnowski. Vide: GEIGER, PP. Estudos para a geografia da indústria no Brasil Sudeste. Revista Brasileira de Geografia, v. 25, n.2, 1963. p. 3. (nota).

⁸ Para Fany, existem etapas da convergência do fenômeno industrial no território brasileiro. A primeira etapa corresponderia ao primeiro reflexo da Revolução Industrial, com cidades que se moldavam pela implantação de infraestruturas necessárias para o escoamento da produção. Cidades do tipo economia de exportação. Estas se apresentavam, então, difusas no território brasileiro. A etapa seguinte da convergência como fenômeno industrial já estaria correlacionada com a atividade industrial nativa, com a evolução da industrialização nacional que passaria a centralizar as ações e gerar impactos por si só. Diferentemente das cidades do tipo economia de exportação, que se apresentavam difusas no território nacional, essas novas cidades industriais, principalmente após a II Guerra Mundial, apresentavam-se concentradas na região Sudeste do Brasil.



A classificação das cidades brasileiras em seu conjunto enfrenta uma série de dificuldades, fundamentalmente resultantes de se tentar reunir, dentro de um mesmo esquema, organismos que representam aspectos profundamente diferenciados da estrutura econômica e social. [...] Na tarefa de encarar as cidades brasileiras como um todo, impõe-se a necessidade de abordá-las num sentido dinâmico, em que transpareçam, ao mesmo tempo, maneira pela qual refletem os quadros econômico-regionais a que pertencem e sua relação com o conjunto urbano do país. (DAVIDOVICH, 1964, p. 5-6)

Neste trabalho já se configurava o estilo utilizado por Fany, que segundo a própria, caracterizaria toda a sua obra: uma orientação para o ensaio acadêmico. Não o ensaio sem o comprometimento científico, mas com boa participação de sua intuição enriquecida por um arguto senso de observação. Não adepta da Geografia Quantitativa, embora ciente de sua importância instrumental, Fany se caracterizou pelo enfoque interpretativo com viés político em seus trabalhos, o que, segundo Roberto Schmidt de Almeida, aproximara suas contribuições intelectuais à órgãos públicos vinculados ao planejamento urbano. Almeida elenca Fany e Faissol como dois expoentes nos trabalhos do IBGE sobre o processo urbano:

A área de análises sobre o processo de urbanização foi a arena de dois profissionais que produziram dois tipos de trabalhos bem distintos, mas que geraram uma boa complementaridade aos olhos dos outros técnicos da área de planejamento federal. O primeiro foi Speridião Faissol e sua equipe, que geraram uma grande série de análises sobre a estrutura urbana brasileira, apoiados em técnicas quantitativas as mais diversas, e o segundo foi Fany Rachel Davidovich, que contribuiu enormemente com seus trabalhos e relatórios, que tendiam a explicar em termos mais políticos do que técnicos os processos de urbanização, abrindo com isso canais de comunicação mais efetivos entre as áreas de planejamento urbano situadas em agências como o SERFHAU ou o Ministério de Urbanismo e o IBGE. (SCHMIDT, 2000, p.271)

De fato, as questões urbanas ocupariam um lugar central na produção intelectual de Fany. A afinidade com a temática do urbano, segundo a própria geógrafa⁹, representaria uma espécie de atavismo, uma ligação psicológica transgeracional com as cidades. Fany nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1922¹⁰, filha de pai romeno e de mãe ucraniana, que chegaram ao Brasil, respectivamente, em 1914 e 1918, oriundos de famílias judias que não tinham direito a propriedade rural, que viviam em pequenos núcleos urbanos, em cidades menores, e que nutriam o desejo de trabalhar e estudar em cidades maiores. Daí a ligação sentimental e o interesse

⁹ Entrevista concedida à Profa. Mônica Sampaio Machado em 15 de Fevereiro de 2012. Material inédito.

¹⁰Fany nasceu no Rio de Janeiro, no dia 9 de outubro de 1922. Seu pai, Issak Koiffmann, e sua mãe, Adélia Vainer Koiffmann, inicialmente moraram na Rua São Francisco Xavier, em frente à Igreja de São Francisco Xavier. Isaak Koiffmann foi comerciante de móveis, proprietário da Casa Rio na década de 20. Duas décadas depois chegaria a diretor-gerente do Banco Israelita Brasileiro. A família estabeleceu-se na Rua Paissandu, no bairro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro. Vide: Almanak Laemmert (1929, p. 701); Entrevista Bertha Becker (Geosul, v. 22, n.44, 2007, p. 175-176); Vide: Diário Oficial da União (nov/1945, p. 17.326; jun/1946, p. 8.809; jun/1959, p.13.077).



em interpretar a cidade grande, a metrópole, um objetivo outrora projetado por seus ancestrais da ucrânia meridional, na antiga Rússia Imperial.

Fany esteve vinculada ao IBGE até 1992, quando encerrou seu ciclo com a instituição. Vale ainda mencionar a passagem da geógrafa como pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR, UFRJ, no período entre outubro de 1998 e abril de 2004. Fany participou dos projetos de pesquisa “Impactos Metropolitanos da Reestruturação: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Buenos Aires e Santiago” e “Metrópole, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Neste período, foi colaboradora do grupo de pesquisa Observatório das Metrôpoles pelo IPPUR, onde deu continuidade à sua produção relacionada com o estudo das metrôpoles e das formas de aglomeração urbana.

Fany Davidovich e sua produção intelectual (1962-1992)

Os trabalhos iniciais de Fany estão atrelados à sua atuação no grupo de estudos de Geografia da Indústria do Conselho Nacional de Geografia, no início da década de 60, como bem caracterizado em sua segunda obra *Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962*, publicado em 1966 na Revista Brasileira de Geografia. Trata-se de um vigoroso artigo de 78 páginas, repleto de informações históricas, dados socioeconômicos, tabelas, gráficos e mapas, que perpassam as condições de industrialização em Jundiaí, observando a visceral influência de São Paulo, em virtude de sua proximidade com esta cidade, desde o período colonial até o impulso industrializante na região, nos 50 e 60. São descritos períodos de industrialização e localização de indústrias, ressaltando o papel dinamizador da estrada de ferro na implantação de atividades fabris nas antigas cidades cafeeiras do século XIX, o surgimento de estabelecimentos têxteis nas duas primeiras décadas do século XX, a emergência de indústrias alimentares que buscavam responder à crescente demanda dos centros urbanos mais importantes nos anos 30 e 40, até a implantação das indústrias de mecânica pesada e metalurgia nos anos 50 e 60. Fany dissecou todos os aspectos da organização do espaço urbano de Jundiaí em 1962, tomando como referencial sua função industrial.

É na Revista Brasileira de Geografia (RBG), editada pelo IBGE, que Fany publica expressiva parte de sua produção bibliográfica. Em 1971, a RBG, em seu volume 33, número 2, traz o artigo *Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza*. Tratava-se de estudos sobre a estrutura do espaço geográfico do país tendo a atividade urbana como ponto de partida, estabelecendo zonas que se conectavam e estavam sob influência de um centro. Mais especificamente, observava as características gerais do comportamento do espaço da



zona de influência de Fortaleza, uma região que compreendia os estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, concentrando-se principalmente no Estado do Ceará e destacando Fortaleza como centro de maior importância na distribuição de bens e serviços na região.

Fany volta a publicar quatro anos depois (RBG, v.37, n.1, 1975), produzindo em co-autoria com Olga Maria Buarque de Lima o artigo *Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil*. Em resposta ao contexto de expansão acelerada das aglomerações urbanas, o texto é articulado de forma a suprir órgãos de planejamento urbano com um meticuloso sistema de classificação e identificação de aglomerações urbanas, visando a atuação no que tange aos seus problemas sociais e econômicos. Tendo como base o Censo Demográfico de 1970, e utilizando critérios como: forma de concentração, número de habitantes, caráter urbano da população, densidade demográfica, estrutura econômica, deslocamento de população economicamente ativa, tamanho da cidade central, crescimento demográfico central e da sua periferia, peso da industrialização e número de trabalhadores nos setores secundário e terciário da economia, as autoras categorizam as aglomerações urbanas brasileiras¹¹. A crítica desses dados resultou em duas principais prescrições que apontavam, em meados da década de 70, para a necessidade de uma atuação do planejamento urbano que observasse a variedade de dimensões e processos de urbanização dessas aglomerações, o que acarretaria atuações direcionadas e distintas na tentativa de ordenar e planejar a expansão urbana, de modo a evitar o planejamento urbano que não levasse em consideração a interdependência das aglomerações urbanas, em particular na escala regional.

Análise das Aglomerações Urbanas no Brasil (RBG, v.38, n.4, 1976), outro trabalho em co-autoria com Olga Maria Buarque de Lima, assim como o artigo anterior, está contextualizado em período no qual o planejamento urbano, expresso através de seus planos diretores, ocupava lugar de destaque na agenda política brasileira. O artigo é fruto de uma solicitação do Conselho Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas (CNPU), órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano no período¹², feita ao IBGE para o fornecimento

¹¹ Foram classificadas como áreas metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro (metrópoles nacionais), Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador (metrópoles regionais), Curitiba, Fortaleza, Belém, Goiânia e Brasília (metrópoles incipientes). Classificadas como aglomerações submetropolitanas: Santos e Campinas. Abaixo do nível metropolitano foram classificadas as aglomerações com uma cidade central: Vitória, João Pessoa, São Luis, Natal, Teresina, Florianópolis, Sorocacaba, Jundiá e Aracajú; aglomerações por processo de conurbação: Barra Mansa/Volta Redonda, Americana/Santa Bárbara do Oeste, São José dos Campos/Jacareí/Çaçapava, Taubaté/Tremembé/Çaçapava, Ipatinga/Timóteo/Coronel Fabriciano; aglomerações de cidade geminadas: Petrolina/Juazeiro. Finalmente, foram classificadas como aglomerações sem espaço urbanizado contínuo: Itabuna/Ilhéus, Pelotas/Rio Grande e Juazeiro/Crato.

¹² O CNPU foi criado pelo Decreto n. 74.156 de 6 de Junho de 1974; tinha por finalidade acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas e de propor as diretrizes, estratégia e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como de acompanhar e avaliar a sua execução.



de dados geográficos que permitissem a identificação de outras áreas metropolitanas, além das já oficializadas¹³. Ao recuperar brevemente o sistema de classificação e identificação de aglomerações urbanas apresentado no artigo precedente, com a finalidade de apresentar uma hierarquia de áreas urbanas, Fany e Olga adicionam novos indicadores, econômicos e sociais, como rendimento mensal da população economicamente ativa, indicação de infraestrutura de serviço coletivo e nível de instrução. Tais dados expressaram, ao final, fortes diferenças inter-regionais, com forte concentração espacial de renda no Sudeste. Temas que foram lançados para o futuro se mostram ainda vigorosos e pertinentes nos dias atuais, em especial o papel que será desempenhado pela terciarização da economia no Brasil.

Vale ressaltar que esse artigo, ao apresentar breves observações sobre sociologia urbana, na relação específica entre planejamento urbano e suas expressões sócio-espaciais¹⁴, inaugura, mesmo que de forma embrionária, um estilo de estruturação textual marcado pela preocupação teórico-conceitual que doravante caracteriza os textos de Fany, que passam a apresentar um rico arcabouço teórico e conceitual¹⁵, buscando afirmar como prisma analítico a perspectiva geográfica para a compreensão do processo urbano brasileiro. Tal objetivo se expressa nos títulos de seus artigos imediatamente subsequentes, como em *Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano* (RBG, v.38, n.4, 1976), *Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas de urbanização brasileira* (RBG, v.39, n.3, 1977) e *Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro* (RBG, v.40, n.1, 1978).

Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano (RBG, v.38, n.4, 1976) dá continuidade aos estudos dos problemas urbanos acarretados pela concentração de população e de atividades nas cidades. Está inserido na gama de textos que tratam de questões relacionadas ao planejamento urbano, mas o faz com uma novidade temática, a questão ambiental. Abordando a cidade como meio ambiente, o meio ambiente urbano, Fany¹⁶ perpassa o “estado da arte” da questão ambiental¹⁷, a discussão conceitual do que é o Meio

¹³ Lei Complementar n.14 de 8 de Junho de 1973 (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza). Lei Complementar n.20 de 1º de Julho de 1974 (Rio de Janeiro).

¹⁴Fany e Olga recorrem a Manuel Castells, em “Problemas de Investigação em Sociologia Urbana”, 1975.

¹⁵ As obras posteriores de Fany passam a discutir as contribuições teóricas de David Harvey, Manuel Castells, Henri Lefebvre e Milton Santos, entre outros, para a formulação conceitual dos fenômenos urbanos, em uma abordagem que gradualmente se apresentará mais crítica no quadro evolutivo de sua produção bibliográfica.

¹⁶ O artigo foi escrito a quatro mãos. São co-autores: Fany, Marília Velloso Galvão, Olga Maria Buarque de Lima e Pedro Pinchas Geiger, todos geógrafos do IBGE.

¹⁷Fany aponta três aspectos principais na análise dos estudos sobre o meio ambiente na década de 70: a) o seu desenvolvimento recente; b) o surgimento de polêmicas que envolvem o tema; e c) a necessidade de abordagens distintas do tema para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É importante salientar que o texto centra a atenção nos vários interesses de ordem política, econômica e ideológica que



Ambiente Urbano, por meio de analogias com outras ciências, em especial a Biologia¹⁸, e finalmente dedica espaço à defesa da necessidade de se inserir questões de ordem ambiental nas pesquisas geográficas. A Geografia Urbana, especialmente, poderia contribuir mediante a análise de problemas, como o da saturação urbana, que afetam a qualidade de vida, sejam de ordem física, social ou econômica. Em linhas gerais, de forma conclusiva, descreve-se a necessidade de uma ligação íntima entre as estratégias gerais da política urbana e as estratégias gerais de qualidade de vida¹⁹ ou ambiental.

Em 1977, foi publicado na RBG (v.39, n.3) o artigo *Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas de urbanização brasileira*, fruto de uma comunicação apresentada em reunião do Comitê Urbano Regional da Comissão de Geografia do IPGH, ocorrida em dezembro de 1976, no Rio de Janeiro. Dando continuidade ao seu estilo, neste pequeno artigo Fany procura interligar teorias sobre a organização das cidades, dos sistemas urbanos, com o direcionamento das políticas públicas ligadas ao processo urbano e seu planejamento. Destacando as contribuições teóricas de Larry S. Bourne, Brian Berry, David Harvey e Manuel Castells, para a compreensão do processo urbano, Fany interliga as reflexões das ciências sociais de meados dos anos 70 com os problemas emergentes do processo de urbanização brasileira à época, refletindo sobre a necessidade de alternativas diferentes de estruturação espacial do sistema urbano brasileiro diante da complexidade das emergentes novas formas de organização social.

Fany publica em 1978, na RBG (v.40, n.1), o artigo *Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro*, apresentando o sistema urbano brasileiro através de uma perspectiva geográfica. Baseada nas teorias em que o espaço é visto como a expressão do processo social, e sem deixar de levar em conta a perspectiva histórica, Fany se dedica a minuciosa discussão e definição de escalas de urbanização. Destaca, como principais escalas de urbanização²⁰, a *Escala da Metropolização*, a *Escala de Tangenciamento à*

influenciam as temáticas ambientais, em particular na oposição de interesses, fruto de realidades e etapas distintas do processo de urbanização, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

¹⁸ A urbanização é encarada como a tradução mais fiel do processo de adaptação da sociedade humana ao meio.

¹⁹ Qualidade de vida no seu sentido amplo, não apenas no sentido material, econômico, ou no equilíbrio do homem com o seu meio físico, mas principalmente baseado na equidade social. Faz-se importante ressaltar as bases teóricas utilizadas pelos autores, com destaque para David Harvey (Social Justice in the City, 1973) e Kenneth & Hare (Man and Environment, Conceptual Frameworks, 1973).

²⁰ ESCALA DE METROPOLIZAÇÃO: áreas mais diretamente afetadas pela economia urbano-industrial. Estruturas metropolitanas e suas áreas de influência mais imediatas. Os critérios utilizados foram baseados em Barat & Geiger, 1973. Os raios de influência variam de acordo com o tamanho da população de cada metrópole. São Paulo seria de 200 km e o Rio de Janeiro de 170 km, por exemplo. ESCALA DE TANGENCIAMENTO À METROPOLIZAÇÃO: refere-se aos centros urbanos em condições intermediárias, próximos geograficamente da periferia das metrópoles (alguns exemplos: Ribeirão Preto (SP), Ponta Grossa (PR)). Centros com o máximo de 300.000 habitantes. ESCALA DAS FUNÇÕES REGIONAIS: aglomerações urbanas em torno de capitais estaduais e centros regionais. Geograficamente espaçadas entre si, quando centros de tamanhos equivalentes. Máximo de 200.000 habitantes e média de 100.000 habitantes. Tipos muito variados de cidades como Araçatuba (SP), Uberlândia (MG), Santarém (PA) e Petrolina (PE). ESCALA DA



Metropolização, a Escala das Funções Regionais e a Escala da Fronteira de Recursos, retratos de um sistema urbano em acelerada transformação, estimulado por ritmos de crescimento diferenciados, evidenciando aumento da desigualdade social e da distribuição territorial dos centros.

Em *Funções Urbanas no Nordeste* (RBG, v.40, n.2), trabalho publicado no mesmo ano de 1978, desenvolvido pelo IBGE para subsidiar o planejamento regional do Nordeste, fruto de convênio com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Fany examina os aspectos do sistema de cidades daquela região, estabelecendo uma classificação de seus centros urbanos a partir, principalmente, de uma classificação funcional das cidades. Percebe-se nesse artigo a habitual preocupação com o aspecto crítico e metodológico. A classificação das cidades não poderia estar desprovida de uma análise crítica e sem conexão com os processos e as dinâmicas do mundo real. Apoiando-se metodologicamente em Robert H. T. Smith, que desenvolvera trabalho sobre a classificação de cidades australianas em meados dos anos 60, Fany defende que o processo de classificação funcional das cidades deve ser conduzido até chegar ao “caráter” das cidades, suas diferentes histórias de crescimento, porém dentro de um conjunto onde outros centros próximos pertençam ao mesmo processo urbano. Novamente Fany aproxima teoria e planejamento urbano, apoiando-se em autores como Chinitz, Harvey e Abler. A intenção é responder a uma questão central: qual é o papel que essas cidades desempenham como expressão espacial das estruturas sociais? Neste mesmo sentido, levanta a discussão sobre o papel de certos grupos sociais, que ocupam posições privilegiadas na estrutura de poder, logo, nas esferas decisórias, destacando os agentes financeiros, políticos, econômicos e educacionais. Quanto ao objetivo técnico do artigo, conclui que as políticas de planejamento público de centros de crescimento na região não dinamizaram econômica e socialmente as áreas de influência desses centros urbanos, e podem concorrer para o aumento da desigualdade social e do desequilíbrio espacial da distribuição das atividades econômicas.

Em 1980, o artigo *Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros urbanos do país* (RBG, v.42, n.3) apresenta a mesma estrutura dos artigos precedentes mais recentes da autora, principalmente no que diz respeito às iniciais considerações teóricas. A aglomeração, a urbanização, passam a ser os elementos-chave em si para explicar o processo de acumulação capitalista e suas expressões espaciais. Lojkin, Castells e Harvey fornecem o arcabouço teórico utilizado por Fany, que adota a expansão dos meios de consumo coletivos como elemento importante do processo de urbanização. Ao analisar a distribuição

FRONTEIRA DE RECURSOS: centros menores, importantes no apoio à interiorização do país para obtenção de matéria-prima por demanda dos grandes centros urbanizados e suas indústrias e do mercado externo. São localizados geograficamente a grandes distâncias dos grandes centros metropolitanos (alguns exemplos: Imperatriz (MA) e Cascavel (PR), dentre outras).



espacial dos meios de consumo coletivo no território nacional (especialmente iluminação elétrica, água, e esgoto), Fany o faz não apenas como mera descrição, mas como ponte interpretativa para revelar a forte concentração de capital em algumas regiões, o que acaba por gerar expressiva segregação espacial no que se refere ao fornecimento de serviços de infraestrutura no país.

A Divisão de Estudos Urbanos do Departamento de Geografia do IBGE, no início dos anos 80, desenvolvia estudos sobre aglomerações urbanas com a finalidade de montar um quadro analítico sócio-espacial sobre o processo de urbanização brasileira. Um dos indicadores utilizados era a migração, os movimentos populacionais e suas relações multifacetadas com a estrutura produtiva e consequente papel na organização do espaço e na reorganização das atividades econômicas. Com o artigo *A migração como indicador para o estudo de aglomerações urbanas no Brasil* (RBG, v.43, n.1, 1981), Fany procura classificar, ou, no melhor espírito para a compreensão das cidades, “caracterizar” as principais concentrações urbanas a partir da observação da população migrante. Não se trata de uma análise das dinâmicas populacionais pura e simplesmente, mas a sua compreensão no âmbito dos processos de expansão e acumulação capitalista, sendo a migração “uma consequência da organização econômica vigente”. Fany apoia-se teoricamente em Paul Singer para correlacionar migração com as distorções que o processo de desenvolvimento capitalista produz no processo de produção da força de trabalho, em particular nos casos dos países de desenvolvimento desigual, e nas relações de trabalho. Segundo Fany, os migrantes exercem o papel de agentes modeladores do sistema urbano. Por isso, torna-se relevante sua utilização como indicador para analisar as concentrações urbanas e todas as alterações que estas provocam no sistema de relações. Ressaltando que o fato de considerar a migração um fenômeno estrutural não exime o analista de compreender as especificidades de seus condicionantes e suas variações no território nacional, e atentando para a variedade de políticas públicas atreladas à migração, Fany conclui que encontrar o “caráter” dos fluxos migratórios, através da análise do comportamento de grupos e não de indivíduos, no que tange às suas motivações de deslocamento, forneceria informações mais qualificadas para a compreensão dos migrantes como elementos de uma estrutura e, especialmente, como agentes sociais.

Ainda no campo da análise das aglomerações urbanas brasileiras, Fany, em co-autoria com Maria Francisca T. Cavalcanti Cardoso, produz *Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução* (RBG, v.44, n.1, 1982). Elencou-se um novo indicador: o nível de instrução. Por meio da interpretação de dados relacionados com o nível de instrução de determinadas faixas etárias da população, suas relações com os rendimentos mensais da população economicamente ativa e a forma como estão



distribuídos pelos tipos de aglomerações urbanas brasileiras²¹, Fany e Maria Francisca apresentam a configuração espacial das condições do nível de instrução no Brasil. O artigo expressa um importante retrato do comportamento espacial do nível de instrução no Brasil na década de 70, evidenciando desigualdades tanto nas esferas sociais relacionadas ao nível de renda da população quanto regionais. A escolha de tal indicador foi justificada pelo importante papel que o nível instrucional da população possui nas áreas urbano-industriais, em seu sistema produtivo, particularmente sobre a população adulta. O ensino é compreendido como “meio de consumo coletivo”, fator de produção fomentado pelo processo de acumulação capitalista expresso na urbanização.

Em *Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro* (RBG, v.48, n.3, 1986), Fany analisa um Rio de Janeiro que, em meados dos anos 80, encontrava-se em um processo de esvaziamento econômico, de perda de prestígio político e de deterioração das condições de vida de sua população. Estruturalmente, Fany constrói um texto que perpassa o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, que aborda a questão da esvaziamento político e econômico do Estado e que traz, em sua parte final, prescrições de recuperação para o Estado. É clara a influência das ideias de Levebvre como pano de fundo teórico sobre o qual se apoia o texto, em particular na formulação do que é o urbano e a urbanização.

A um certo nível de generalização, está se assumindo que o urbano é expressão da mobilização, concentração e gestão da produção de excedentes sociais, cuja dinâmica varia historicamente de acordo com o tipo de sociedade e com o tipo e forma de cidade que lhe serve de suporte. Trata-se portanto de um fenômeno em movimento, que envolve diferentes significados das funções econômicas, políticas, religiosas e tecnológicas, e que se sustenta em contínuas contradições. Ao longo de um eixo espaço-temporal, teriam se sucedido a cidade política, a cidade comercial, a cidade da indústria, [...] antecedendo o advento do que seria a sociedade urbana propriamente dita. [...] Com relação à urbanização, a idéia é de que está inserida no movimento do urbano como um processo específico, que por sua vez também gerou transformações no urbano. (DAVIDOVICH, 1986, p.334-335).

É neste sentido que o Estado do Rio de Janeiro é investigado, e em particular a sua Cidade, pela forte centralidade e concentração de atividades. Debruçando-se sobre transformações históricas sofridas pela cidade do Rio de Janeiro, Fany interpreta seu processo de urbanização remontando ao longo período em que foi capital do País, passando pela período comercial e pelo surto de industrialização, até chegar ao pleno desenvolvimento metropolitano do Rio de Janeiro e à ampliação do terciário. Sobre o esvaziamento político e econômico do Rio de Janeiro, Fany elenca alguns pontos nodais do processo: a perda da função de capital do País, a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro²², a ascensão de São Paulo como principal polo industrial nacional, com a

²¹ Em “Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil” de 1975, e “Análise das aglomerações urbanas no Brasil” de 1976, ambos publicados na Revista Brasileira de Geografia, são definidos tipos de aglomeração urbana. Neste artigo especificamente, Fany utiliza três desses tipos de aglomeração como escalas de análise: a) áreas metropolitanas; b) aglomerações abaixo do nível metropolitano; e c) municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações.

²² Importante ressaltar que, em meados dos ano 80, com a abertura democrática, em plena crise econômica que se estabelecia nacionalmente, naquela que ficou conhecida como década perdida, a discussão sobre restaurar o antigo Estado da Guanabara, separando-



consequente migração de investimentos para a região paulista, e a perda do comando viário nacional, que passa a ter em São Paulo o protagonismo outrora pertencente ao Rio de Janeiro. Ao esvaziamento econômico do Rio de Janeiro corresponde o seu processo de esvaziamento político. Finalmente, sobre os meios de recuperação econômica possíveis, as atividades terciárias surgem como principal ponto de partida: exportação, turismo, intermediação financeira, pesquisa, ensino superior e comunicações seriam as áreas a serem exploradas no processo de recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro. E, sobretudo, o fortalecimento das relações entre a metrópole e o território estadual, sem perder a macrovisão da região Sudeste e as relações econômicas estabelecidas entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Este recorte espacial regional é tratado em *Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil* (RBG, v.49, n.2, 1987). Fany reproduz a mesma abordagem teórica sobre o urbano e o processo de urbanização utilizada em seu artigo anterior, agora projetado sobre a região Sudeste. O Sudeste é retratado como o principal palco para as estratégias do capital no território nacional. Novamente Lefebvre surge com a contribuição teórica principal (*La Révolution Urbaine*), sobre a qual Fany caminha com o objetivo de identificar a expressão da urbanização no Sudeste brasileiro. De forma muito semelhante à análise relativa ao processo de urbanização no Rio de Janeiro, através de uma enxuta retrospectiva histórica, elenca três suportes principais sobre os quais o processo urbano no Sudeste brasileiro se desenvolveu: a localização do poder federal na cidade do Rio de Janeiro até 1960; o desenvolvimento industrial de São Paulo a partir da iniciativa privada; e o papel de capital de Estado de Belo Horizonte, proporcionado pela modernização jurídico-institucional do sistema federativo. Sob o aspecto temporal, dois momentos são elencados, o impulso econômico de caráter nacionalista dos anos 30 e o período pós-Segunda Guerra Mundial, ambos com o potencial reestruturante do espaço, traduzidos em novas formas urbanas e na complexificação do território, com ampliação da divisão social e territorial do trabalho. Fany não deixa de fazer críticas às desigualdades regionais nas esferas sociais e econômicas oriundas do processo de acumulação capitalista nas regiões metropolitanas do Sudeste. Ela as interliga à crise internacional, com questionamentos sobre como será o comportamento do formato urbano moldado pelo capitalismo industrial e financeiro, diante das transformações cada vez mais acentuadas pela mobilidade do capital financeiro transnacional. Finaliza sentenciando que caberá à sociedade urbana, aqui na mais direta concepção *lefebvreana*, encontrar formas de solucionar as profundas disparidades sociais e espaciais características do desenvolvimento desigual.

o novamente do Estado do Rio de Janeiro, estava em pauta. Algumas análises viam na fusão, ocorrida em 1975 pelo regime militar, a origem dos problemas econômicos e políticos enfrentados pelo Rio de Janeiro. Sobre o tema ver MOTTA (2001).



Em *Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980* (RBG, v.49, n.4, 1987) e *Tendências da urbanização no Brasil, uma análise espacial* (RBG, v.51, n.1, 1989), Fany dedica especial atenção à discussão conceitual de urbanização. Embora seus artigos precedentes mais recentes tenham seguido esta mesma estrutura, os dois acima apresentam uma nova dimensão, ou pelo menos a assumem com mais clareza: o processo urbano no contexto da globalização. Fany recupera considerações sobre o modelo espacial do desenvolvimento urbano-industrial, mas ela o faz no sentido de mostrá-lo (embora ainda definidor por seu peso histórico no processo de urbanização brasileiro) em vias de superação, diante de uma nova ordem social e espacial que se apresenta. Fany assume o conceito de urbanização *lefebvreano* (urbanização como processo social multidimensional), em detrimento da análise demográfica, como o mais adequado para compreender os processos de reestruturação e estruturação espaciais no Brasil em tempos de globalização (espaços em crise). É neste sentido que, aos marcos históricos expressos como momentos reestruturadores do processo urbano brasileiro, mencionados em seus artigos anteriores (crise dos anos 30 e pós-Segunda Guerra Mundial), Fany adiciona um mais recente, “que diz respeito a mudanças econômicas, sociais e políticas que se processaram principalmente a partir dos anos 70” (DAVIDOVICH, 1989, p.77). As principais tendências da urbanização no Brasil elencadas convergem para novas localizações urbanas como, principalmente, a polarização das metrópoles, a “satelitização” urbana, relacionada fortemente com a desconcentração industrial, e finalmente a politização do espaço urbano. Em linhas gerais, Fany ressalta que, embora o modelo econômico desenvolvimentista induzido pelo Estado brasileiro tenha forte relação com a composição do quadro urbano brasileiro, tendo na indústria a sua base produtiva, este mesmo quadro urbano só poderá ser compreendido plenamente relacionado com o capital globalizado, com as novas realidades de fluxos financeiros e de informação e com as novas estruturas de produção, trabalho e de mercado.

Em 1991 Fany publica dois artigos na RBG, em dois números consecutivos do volume 53 da Revista, *Brasil Metropolitano e Brasil Urbano Não-Metropolitano – Algumas Questões*, e *Gestão do Território, um Tema em Questão*. Neste último (RBG, v.53, n.3, 1991) Fany faz uma abordagem francamente política do tema da gestão do território. Analisando as relações de poder entre diferentes agentes metropolitanos sob a perspectiva espacial, discute a ligação entre as práticas de poder e a gestão territorial. Para tal, analisa as práticas de determinados atores do quadro metropolitano, como as indústrias, os governos municipais, e classe média urbana, no que tange as suas estratégias de preservação. Tais considerações são feitas à luz do novo ordenamento jurídico, econômico e social em construção no Brasil com o advento da Constituição de 1988. Fany, como de hábito, perpassa a questão conceitual da gestão, direcionando seu entendimento para o tema da governabilidade e todas as suas implicações, no sentido de ordenação e orientação da sociedade. Baseia-se, teoricamente, dentre outros autores, nas



considerações elaboradas por sua irmã e também geógrafa Bertha Becker²³. Fany retoma sua precisa compreensão do tema metropolitano, enquadrando-o historicamente em período voltado para planejamento urbano sob orientação de um Estado autoritário, com a implementação das regiões metropolitanas, que claramente, por meio do modelo tecnocrata e da racionalidade administrativa, arrefeceram os canais de discussão política sobre a gestão do território. Diante da mudança de paradigma institucional do país, com o florescimento de vários canais de expressão política, e diante de um novo contexto social, Fany lança questões sobre as novas possibilidades de gestão do território nacional.

Coloca-se, portanto, em causa o papel que essas entidades serão capazes de desempenhar numa reestruturação do território e na reorganização de seu aparato jurídico-administrativo. Em outras palavras, cabe considerar até que ponto a região metropolitana e outras aglomerações urbanas, de estrutura afim, terão possibilidade de criar situações inéditas no quadro político-administrativo do País. (DAVIDOVICH, 1991, p.29)

Não obstante a preocupação com as questões teórico-conceituais sempre presentes em seus artigos, Fany expressava em seus textos observações de caráter crítico relacionadas com as disparidades sociais e econômicas resultantes da urbanização, da concentração espacial, da aglomeração urbana, da metropolização em si. Em seu brevíssimo artigo *Brasil Metropolitano e Brasil Urbano Não-Metropolitano – Algumas Questões* (RBG, v.53, n.2, 1991), seu viés crítico surge com cores fortes. Os problemas das metrópoles e das não-metrópoles permeiam todo o texto, com primordial atenção ao Brasil metropolitano. Fany sustenta que, após um período caracterizado pelo planejamento estatal centralizado brasileiro, com certo sucesso no que tange ao crescimento econômico, mas que não tratou dos contrastes sociais, a opção por um modelo econômico pautado na competitividade, em momento de abertura econômica, implicaria uma maior concentração de recursos nas metrópoles com melhores infraestruturas, acentuando as já relevantes diferenças entre os lugares urbanos. Fany retrata assim os problemas das metrópoles brasileiras no início dos anos 90:

No segmento metropolitano do País acumulam-se problemas, alguns dos quais estruturais, que o crescimento econômico não resolveu: são bolsões de miséria, são o desemprego e subemprego, são os contingentes de desalentados e de desabrigados, que representam uma variante do Sistema Urbano Diário, constituído pelo movimento pendular da força de trabalho. Com efeito, trata-se de uma população ocupada em atividades de baixa remuneração e produtividade, que, incapaz de sustentar o custo do transporte, dada a grande distância entre moradia e local de trabalho, permanece na cidade central durante os dias úteis, só retornando ao lar no fim de semana. Essa mão-de-obra é bem uma expressão de relações perversas que se estabelecem entre centro e periferia metropolitanos, trazendo à evidência os contrastes entre a modernidade dos fluxos de comunicação e o anacronismo dos fluxos de trabalho. (DAVIDOVICH, 1991, p.129)

Questões como violência urbana, favelização, movimento dos sem-terra, crime organizado e loteamentos clandestinos são analisadas tendo como pano de fundo uma discussão maior, que abrange o processo de

²³ BECKER, B.K.G. Elementos para Construção de um Conceito sobre Gestão do Território. Seminário LAGET, st. 1987. In: LAGET TEXTOS 1. Rio de Janeiro, CCMN/UFRJ, p.1-4, 1987.



fragmentação do tecido metropolitano e a questão da recuperação da terra urbana como valor de uso, como resultado e resposta ao vazio deixado pela ação do Estado. Tais temas são trabalhados em *Linhas de Pesquisa para a Geografia Urbana no Brasil, uma Contribuição* (RBG, v.54, n.4, 1992), retomando a temática das tendências da urbanização no Brasil em tempos de globalização e suas expressões espaciais, em especial aquelas que implicam novas descontinuidades no território nacional. Foi o último trabalho de Fany publicado na Revista Brasileira de Geografia, ano de sua aposentadoria no IBGE²⁴.

Considerações Finais

Ao visitarmos a contribuição teórica de Fany, em particular aquela produzida como pesquisadora do IBGE, o campo temático sobre o qual foi desenvolvido seu trabalho se apresenta claro e nítido. Fany Rachel Davidovich é uma geógrafa urbana por excelência. O estilo de construção de seus textos pode ser caracterizado pela confluência de três qualidades que se materializam em seus ensaios: seu poder intuitivo, sua experiência acumulada e o seu senso de observação. Tal composição se converte, ao final em um quadro bibliográfico que prima mais pelo poder interpretativo do que apenas descritivo. Esse caráter interpretativo e crítico foi se aprimorando *pari passu* ao processo de desenvolvimento urbano brasileiro, o que, por si só, já revela a maior contribuição de Fany para a Geografia Brasileira: a construção de um conjunto de obras que pode ser acessado de forma retrospectiva, caracterizado por um imenso grau de continuidade e interconexão de ideias, constituído por análises feitas em “tempo real” de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no Brasil a partir dos anos 60, sob o ponto de vista espacial.

Há uma outra contribuição, de ordem mais teórica e conceitual. Pierre George, David Harvey e Manuel Castells, entre outros, foram influências teóricas que acompanharam os trabalhos de Fany, mas Henry Lefebvre ocupa lugar de destaque neste quesito. Obras como “*O Direito à Cidade*” (1969) e “*A Revolução Urbana*” (1970) forneceram um robusto repertório teórico e conceitual para os trabalhos de Fany, fomentando seu já claro viés crítico, na compreensão do espaço produzido socialmente e da ação do sistema econômico capitalista sobre o espaço urbano propriamente dito. Neste aspecto, após um brevíssimo início com artigos de caráter classificatório e tipológico, os ensaios de Fany tornaram-se gradualmente mais complexos do ponto de vista teórico-conceitual, e nunca desconectados da realidade, das formas sócio-espaciais resultantes do processo de expansão urbana brasileiro. Por esse prisma, vale relacionar, a despeito das interpenetrações sociológicas e econômicas tão presentes na

²⁴ “A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998”. Tese de Doutorado de Roberto Schmidt de Almeida. 2000. p. 389.



bibliografia da geógrafa, o visível grau de energia empregado por Fany na construção de uma perspectiva geográfica do urbano, na preocupação em ressaltar a importância da teoria para os estudos geográficos sobre urbanização brasileira, contribuindo de forma importante para o amadurecimento teórico e conceitual da Geografia Urbana no Brasil.

E, finalmente, não seria exagero afirmar que a contribuição intelectual de Fany não está restrita à Geografia Urbana e nem mesmo à Geografia como campo de conhecimento. Seus trabalhos ultrapassaram as fronteiras da disciplina geográfica, da mesma forma que o urbano ultrapassou os muros das cidades. Seus trabalhos são interpenetrados por contribuições de outras áreas, sem que a percepção geográfica seja esmaecida, e atendem aos interesses daqueles que estudam o Brasil, sejam economistas, sociólogos, arquitetos, historiadores, cientistas políticos, ecólogos ou administradores públicos. Perpassaram o protagonismo das indústrias na reestruturação e ordenamento do espaço, mergulharam profundamente nas questões do planejamento urbano e discutiram a problemática urbana e a gestão do território, na tentativa não somente de interpretar o comportamento dos mais variados processos de formação das aglomerações urbanas brasileiras, mas, principalmente, de apontar caminhos possíveis para a construção de uma sociedade urbana com menos contrastes sociais e econômicos.

Referências

ALMANAK LAEMMERT – ANNUÁRIO COMMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRÍCOLA, PROFISSIONAL E ADMINISTRATIVO DA CAPITAL FEDERAL E DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro (DF): Oficinas typográficas Almanak Laemmert; 1929.

ALMEIDA, R. S. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. 2000. 2v. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. p. 410-415.

BERNARDES, L. M. C; SOARES, M. T. S. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BRASIL. Lei nº. 3.780, de 12 de Julho de 1960. Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jul. 1960. Seção 1. p. 10.101.

_____. Decreto nº. 53.948, de 5 de Junho de 1964. Que retifica na parte relativa à classe de Auxiliar de Geógrafo, que incluiu, em Parte Especial, no Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Geografia do Instituto



Brasileiro de Geografia e Estatística, o pessoal abrangido pelas Leis números 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1964. Seção 1, p. 4.825.

_____. Banco Israelita Brasileiro S.A. Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de Março de 1944. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 10 abr. 1944. Seção 1. p. 6.363.

_____. Banco Israelita Brasileiro S.A. Balancete em 31 de outubro de 1945. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1945. Seção 1. p. 17.326.

_____. Banco Israelita Brasileiro S.A. Assembléia Geral Extraordinária – Primeira Convocação. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 5 jun. 1959. Seção 1. p. 13.077.

_____. Lei Complementar nº 14, de 8 de Junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1973. p. 5.585.

_____. Decreto nº. 74.156, de 6 de Junho de 1974. Cria a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jun. 1974. Seção 1, p. 6.774.

_____. Lei Complementar nº 20, de 1º de Julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jul. 1974. p. 7.253.

Cadernos MetrÓpole/Grupo de Pesquisa PRONEX. – n. 1 (1999) – São Paulo: EDUC, 1999 Semestral.

DAVIDOVICH, F. R. Tipos de cidades brasileiras. *Revista Geográfica*. Instituto Panamericano de Geografia e História, t. 33, n.60, 1964.

_____. Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 35-80, out./dez. 1966.

_____. Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.33, n.2, p. 39-101, 1971.

_____. Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas da urbanização brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 87-91, jul./set. 1977.

_____. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 51-82, jan./mar. 1978.

_____. Funções urbanas no Nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 142-191, abr./jun. 1978.

_____. Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros do país. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 435-476, jul./set. 1980.



_____. A migração como indicador para o estudo de aglomerações urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 65-85, jan./mar. 1981.

_____. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 333-371, jul./set. 1986.

_____. Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 139-157, 1987.

_____. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.49, n.4, p. 7-24, 1987.

_____. Tendências da urbanização no Brasil, uma análise espacial. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.51, n.1, p. 73-88, jan./mar., 1989.

_____. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano – algumas questões. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.53, n.2, p. 127-133, abr./jun., 1991.

_____. Linhas de pesquisa para geografia urbana no Brasil, uma contribuição. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 7-27, out./dez., 1992.

_____. Programa Favela Bairro no Município do Rio de Janeiro e Política Urbana: hipóteses para pesquisa. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 22, p. 43-52, mar. 1997.

_____. Entrevista concedida a Mônica Sampaio Machado. Rio de Janeiro, 15 fev. 2012.

DAVIDOVICH, F. R.; GALVÃO, M. V. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan./mar. 1975.

DAVIDOVICH, F. R.; GALVÃO, M. V.; DE LIMA, O. M. B.; GEIGER, P. P. Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 3-21, out./dez. 1976.

DAVIDOVICH, F. R.; DE LIMA, O. M. B. Análise de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 106-130, out./dez. 1976.

DAVIDOVICH, F. R.; CARDOSO, M. F. T. C. Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.44, n.1, p. 89-135, 1982.

ELIAS, D.; PEREIRA JÚNIOR, E. A.; OLIVEIRA, J. Entrevista com o Professor Doutor Michel Rochefort. **Formação (online)**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 5-12, 2008.

EVANGELISTA, H. de A. O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956). **Revista geo-paisagem (online)**, Niterói, Ano 3, n. 5, p. - , janeiro/junho. 2004.



FURTADO, S. M. de A. Entrevista com a professora Bertha Koiffmann Becker. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.205-218, 2007.

GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. R. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.23, n.2, p. 2-102, abr./jun., 1961.

_____. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1963.

_____. Notas autobiográficas e reflexos (dedicado a Regina Rochefort). **GEOSUL**, Florianópolis, Ano IX, n.17, p.124-150, jan./fev. 1994.

GRUPO DA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS. Estudo para a geografia das indústrias do Brasil sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 2-119, abr./jun., 1963.

MOTTA, M. S. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, A.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. (Orgs). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.19-56.

Sites

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IPPUR UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional: <http://www.ippur.ufrj.br/>

GeoBrasil – Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política da UERJ:
<http://www.grupogeobrasil.com.br/>